

Ensino, Pesquisa e Inovação em Contabilidade 2

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

Ensino, Pesquisa e Inovação em Contabilidade 2

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ensino, pesquisa e inovação em contabilidade 2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E59	Ensino, pesquisa e inovação em contabilidade 2 [recurso eletrônico] / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-225-8 DOI 10.22533/at.ed.258202307 1. Empresas. 2. Contabilidade – Pesquisa – Brasil. I. Silva, Clayton Robson Moreira da. CDD 657
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Ensino, Pesquisa e Inovação em Contabilidade 2”, publicada pela Atena Editora, reúne um conjunto de cinco capítulos que abordam a contabilidade sob diferentes perspectivas, com ênfase no ensino, na pesquisa e na inovação. A contabilidade vem ganhando cada vez mais representatividade no campo organizacional, emergindo como uma ciência focada na elaboração e divulgação de informações úteis para a tomada de decisão de gestores e diversos outros *stakeholders*.

Além disso, discutir e compreender os fenômenos que permeiam as ciências contábeis contribuem para o seu avanço e consolidação no campo científico. Nesse contexto, este livro surge como uma fonte de pesquisa e consulta para todos os acadêmicos e profissionais que desejam ampliar seus conhecimentos sobre a contabilidade, por meio de um arcabouço teórico especializado, que contempla um rico material focado em temáticas relacionadas ao ensino, pesquisa e inovação na área contábil. A seguir, apresento os capítulos que compõem esta obra, juntamente com seus respectivos objetivos.

O primeiro capítulo é intitulado “Relação entre Procrastinação e Autorregulação com o Desempenho de Acadêmicos de Ciências Contábeis” e objetivou analisar como os acadêmicos de Ciências Contábeis de uma instituição pública e outra privada avaliam a gestão de sua vida acadêmica, com o intuito de verificar se há relação entre a procrastinação e autorregulação com o desempenho acadêmico. Para tanto, os autores realizaram uma pesquisa do tipo *survey*, com uma amostra constituída por dezesseis concluintes de uma instituição pública e trinta e cinco concluintes de uma instituição privada.

O segundo capítulo tem como título “Caminhos e Dificuldades da Educação Continuada na Percepção dos Profissionais de Contabilidade” e buscou analisar os caminhos e as dificuldades encontradas pelos profissionais de contabilidade acerca da Educação Profissional Continuada. Trata-se de uma pesquisa descritiva, desenvolvida por meio de *survey*, com uma amostra composta por oitenta profissionais contábeis.

O terceiro capítulo, intitulado “Assessoria Contábil Gerencial para Empreendimentos de Pequeno Porte: um estudo comparativo entre quatro farmácias comerciais”, teve como objetivo propor uma assessoria contábil gerencial para empreendimentos de pequeno porte, especificamente para farmácias comerciais, buscando apresentar indicadores fundamentais na instrumentalização dos gestores para o gerenciamento de suas empresas. Para tanto, realizou-se um estudo com quatro farmácias comerciais situadas na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

O quarto capítulo tem como título “A Contabilidade Aplicada na Gestão Tributária das Pequenas Empresas” e teve como objetivo a identificação das tributações existentes do mercado que melhor representa lucro para a empresa de atividade comercial. Para tanto, o autor realizou um estudo de caso em uma empresa do ramo de cosméticos na cidade de Aracaju/SE.

O quinto capítulo é intitulado “Práticas de Controles Gerenciais: um estudo comparativo entre empresas franquizadas e independentes da cidade de Recife/PE” e teve por objetivo investigar as principais práticas dos controles gerenciais utilizados nas empresas franquizadas e independentes do segmento de cosméticos e perfumaria da cidade de Recife-PE para posterior análise comparativa. Para tanto, os autores realizaram uma pesquisa de levantamento, com uma amostra composta por trinta e seis empresas: oito franquizadas e vinte e oito independentes.

Ressalto que as pesquisas aqui apresentadas contribuem para a ampliação do debate acadêmico e conduzem docentes, pesquisadores, estudantes, gestores, consultores e profissionais contábeis à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem atualmente no âmbito da contabilidade. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
RELAÇÃO ENTRE PROCRASTINAÇÃO E AUTORREGULAÇÃO COM O DESEMPENHO DE ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
Jéssica Karine de Oliveira Gomes Jhessica Tamara Kremer Sidnei Celerino da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2582023071	
CAPÍTULO 2	14
CAMINHOS E DIFICULDADES DA EDUCAÇÃO CONTINUADA NA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE	
Ismael Alfredo Melo da Silva Ana Paula Ferreira da Silva James Anthony Falk	
DOI 10.22533/at.ed.2582023072	
CAPÍTULO 3	38
ASSESSORIA CONTÁBIL GERENCIAL PARA EMPREENDIMENTOS DE PEQUENO PORTE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE QUATRO FARMÁCIAS COMERCIAIS	
Adriana Tolfo Bandeira Euselia Paveglio Vieira Ana Paula da Rosa Dezordi	
DOI 10.22533/at.ed.2582023073	
CAPÍTULO 4	63
A CONTABILIDADE APLICADA NA GESTÃO TRIBUTÁRIA DAS PEQUENAS EMPRESAS	
Bruno Alves Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.2582023074	
CAPÍTULO 5	80
PRÁTICAS DE CONTROLES GERENCIAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE EMPRESAS FRANQUEADAS E INDEPENDENTES DA CIDADE DE RECIFE/PE	
Edna Maria de Melo Vieira Karenn Patrícia Silva Siqueira Jeronymo José Libonati Gilberto Fernandes Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.2582023075	
SOBRE O ORGANIZADOR	106
ÍNDICE REMISSIVO	107

ASSESSORIA CONTÁBIL GERENCIAL PARA EMPREENDEMENTOS DE PEQUENO PORTE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE QUATRO FARMÁCIAS COMERCIAIS

Data de aceite: 01/07/2020

Adriana Tolfo Bandeira

Especialista em Controladoria e Gestão
Empresarial - UNIJUI
adriana.bandeira@unijui.edu.br

Euselia Pavaglio Vieira

Professora da UNIJUI - Universidade Regional do
Noroeste do Estado do RS
euselia@unijui.edu.br

Ana Paula da Rosa Dezordi

Especialista em Auditoria e Mestranda em
Desenvolvimento regional UNIJUI
annnadarosa@gmail.com

RESUMO: Frente à competitividade no mundo das organizações, torna-se essencial ao gestor, conhecer o seu negócio, fazer projeções confiáveis, estar munido de informações contábeis gerenciais, de modo que suas decisões sejam alicerçadas em dados confiáveis, buscando maximizar seus lucros e minimizar seus custos. Neste sentido, o estudo tem o objetivo de propor uma assessoria contábil gerencial para empreendimentos de pequeno porte, especificamente para farmácias comerciais, buscando apresentar indicadores fundamentais na instrumentalização dos gestores para o gerenciamento de suas

empresas. Desta forma, buscou-se uma fundamentação teórica a respeito do tema, evidenciando estudos realizados em empresas do mesmo porte. A estratégica metodológica se classifica como uma pesquisa aplicada, qualitativa, quantitativa, descritiva e estudo de multicase, utilizando-se da entrevista despadronizada e da análise documental na coleta dos dados. O estudo foi desenvolvido em quatro farmácias comerciais, situadas na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, numa faixa de faturamento médio mensal entre R\$ 79.000,00 a R\$ 200.000,00, enquadradas no regime de tributação do Simples Nacional. Selecionou-se uma amostra de produtos que apresentavam maiores volumes de vendas no setor de medicamentos e perfumaria, e, a partir deles, calculou-se os indicadores contábeis gerenciais. Baseados nos indicadores apurados, foi realizado um *feedback* aos gestores, com orientações quanto à operacionalização de suas informações, buscando auxiliá-los em seus controles e na gestão dos empreendimentos. Concluiu-se que os gestores de empresas de pequeno porte geram seus negócios, sem o respaldo da contabilidade gerencial, o que pode acarretar em situações indesejadas, devido à imprevisibilidade no cenário dos negócios. Nesta perspectiva, os indicadores contábeis

gerenciais são estruturantes para a gestão das pequenas empresas comerciais do ramo farmacêutico.

PALAVRAS- CHAVE: Assessoria contábil gerencial. Indicadores. Controles.

ABSTRACT: In the face of competitiveness in the world of organizations, it becomes essential for managers to know their business, make reliable projections, be provided with managerial accounting information, so that their decisions are based on reliable data, seeking to maximize their profits and minimize their costs. . In this sense, the study has the objective of proposing a management accounting advisory for small enterprises, specifically for commercial pharmacies, seeking to present fundamental indicators in the instrumentalization of managers for the management of their companies. In this way, a theoretical foundation was sought on the theme, showing studies carried out in companies of the same size. The methodological strategy is classified as applied research, qualitative, quantitative, descriptive and multi-case study, using standardized interviews and documentary analysis in data collection. The study was developed in four commercial pharmacies, located in the northwest region of the State of Rio Grande do Sul, in a range of average monthly revenues between R \$ 79,000.00 and R \$ 200,000.00, within the taxation regime of Simples Nacional. A sample of products that had higher sales volumes in the medicines and perfumery sector was selected, and based on them, managerial accounting indicators were calculated. Based on the calculated indicators, a feedback was given to the managers, with guidance on the operationalization of their information, seeking to assist them in their controls and in the management of the projects. It was concluded that the managers of small companies generate their businesses, without the support of management accounting, which can lead to undesirable situations, due to the unpredictability in the business scenario. In this perspective, managerial accounting indicators are structuring for the management of small commercial companies in the pharmaceutical industry.

KEYWORDS: Management accounting advice. Indicators. Controls.

1 | INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade no âmbito empresarial provocada pela competitividade acirrada, no atual cenário econômico, tem provocado constantes incertezas e imprevisibilidade quanto ao futuro das organizações. Neste sentido, os gestores, precisam estar munidos de informações sobre o ambiente de suas organizações, a fim de serem eficientes e eficazes em sua tomada de decisões. Desta forma, o uso de indicadores contábeis gerenciais passa a ser uma prática essencial na instrumentalização dos gestores das empresas.

Neste sentido, a contabilidade gerencial vem auxiliar o empresário, fornecendo subsídios para a otimização do processo de tomada de decisão. Padoveze (2011, p. 3) define a contabilidade como, “a ciência do controle em todos os aspectos temporais – passado, presente, futuro [...], à controladoria cabe a responsabilidade de implantar,

desenvolver, aplicar e coordenar todo o ferramental da Ciência Contábil dentro da empresa, nas suas mais diversas necessidades”.

Desta forma, a contabilidade gerencial, como suporte da controladoria é responsável por assegurar a eficácia da empresa, mediante o controle das operações e seus resultados planejados (PADOVEZE, 2011). Busca-se otimizar recursos, por meio do controle do planejamento, avaliação dos resultados, com vistas a assegurar a eficácia da empresa por meio da otimização dos seus resultados.

Neste contexto, as empresas, independentemente do seu porte, possuem um papel fundamental para o desenvolvimento econômico, social de uma nação, contribuindo na geração do produto nacional, absorção de mão de obra, renda, e, por conseguinte, no desenvolvimento local e nacional.

No panorama empresarial, as micro e pequenas empresas, segundo dados do SEBRAE (2014), já são as principais geradoras de riqueza no país (comércio: 53,4% do PIB deste setor; indústria: 22,5% e serviço: 36,3%). Estes empreendimentos representam 99% do total de estabelecimentos existentes e respondem por cerca de 40% da massa de remuneração paga aos empregados formais nas empresas privadas. Estes dados demonstram a importância de incentivar e qualificar estes empreendedores, já que, são decisivos para a economia e o desenvolvimento do país.

Conforme a Lei Complementar nº 123 (2006), considera-se microempresa a empresa que aufera no ano-calendário receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e no caso de empresa de pequeno porte, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

De acordo com dados levantados pelo SEBRAE (2013), tomando por referência as empresas brasileiras constituídas em 2007, e as informações sobre elas disponíveis na Receita Federal até 2010, a taxa de sobrevivência das empresas com até 2 anos de atividade foi de 75,6%. E a taxa de mortalidade de empresas com até 2 anos de 24,4%. Esta extinção prematura das empresas no cenário empresarial pode ser justificada pela falta de experiência com o ramo de negócios, falta de competência administrativa do empresário, gestão do seu negócio pelo *feeling*, por conhecimento tácito adquirido pela experiência, na maioria das vezes, sem o devido conhecimento da gestão administrativa e contábil.

É neste cenário, que a contabilidade gerencial aplicada a pequenos empreendimentos pode subsidiar os gestores com indicadores contábeis gerenciais substanciais na gestão e no desenvolvimento desses empreendimentos, no sentido de criar controles internos, desenvolver os processos, fornecer informações que possam qualificar a gestão e, conseqüentemente, contribuir para a continuidade das atividades.

Neste sentido, a questão que surge é saber como uma assessoria contábil gerencial pode contribuir com informações e indicadores fundamentais na instrumentalização dos

gestores de pequenas empresas comerciais do ramo farmacêutico.

Para tanto, o objetivo da pesquisa é, a partir dos instrumentos contábeis gerenciais, aplicada a pequenos empreendimentos, propor indicadores contábeis gerenciais, de rentabilidade, atividade e de pagamento, tais como: prazo médio de recebimento/pagamento, giro dos estoques, giro total do Ativo, métodos de custeio, precificação, margem de contribuição, ponto de equilíbrio, margem de segurança, fluxo de caixa, com vistas a subsidiar a tomada de decisão e a continuidade do negócio no desenvolvimento do país.

Neste contexto, Monteiro e Barbosa (2011) salientam que as micro e pequenas empresas não utilizam as ferramentas da controladoria empresarial, como o planejamento, orçamento, análise financeira, gestão da informação em seus processos de gestão. Evidenciando a necessidade de administrar as micro e pequenas empresas com profissionalismo, com vistas a reduzir a mortalidade destas, uma vez que são fundamentais para o desenvolvimento do país.

Os estudos de Miranda et al. (2016) apontam que o principal motivo para o encerramento das atividades é a falta de planejamento, tanto financeiro como estratégico. As micro e pequenas empresas não possuem estrutura eficiente e adequada, pois são gerenciadas, na grande maioria pelo *feeling* do gestor. É com este enfoque que o presente artigo aborda a contabilidade gerencial aplicada em pequenas empresas, com vistas a verificar os indicadores contábeis gerenciais fundamentais para o seu gerenciamento, com o propósito de auxiliar na gestão e na continuidade dos negócios.

2 | BASE CONCEITUAL

Baseado na fundamentação teórica do presente estudo, buscou-se aprofundar o tema, evidenciando processos contábeis gerenciais possíveis de serem aplicados no dia a dia de empresas de pequeno porte.

2.1 Contabilidade

A contabilidade é uma ciência social, pois estuda o patrimônio das células sociais. Seu objeto de estudo é o patrimônio das empresas, em seus aspectos quantitativo e qualitativo, buscando evidenciar e mensurar a evolução patrimonial das empresas, fornecendo informações aos seus usuários.

Nesta perspectiva, Padoveze (2011) destaca que a contabilidade trata do controle econômico do patrimônio e de suas mutações, assim como fornece subsídios de informação econômica para a gestão da empresa. Basso, Brizollia e Filipin (2017) complementam conceituando a contabilidade como um conjunto de normas, princípios e métodos próprios, constituindo-se na técnica de controlar, registrar e informar aos usuários situações impactantes de ordem socioambiental. É importante ressaltar que o controle

contábil implica num processo de acompanhamento que perpassa todas as etapas do processo decisório e de gestão, por conseguinte, de todas as etapas do planejamento (PADOVEZE, 2011).

A contabilidade, conforme citado pelos autores, tem sentido, quando fornecer informações úteis aos seus usuários, de forma concisa, objetiva e clara, em tempo hábil para auxiliar na tomada de decisão. Nesta perspectiva, Parisi e Megliorini (2011) destacam que as organizações têm o propósito de satisfazer os objetivos dos *stakeholders*, que podem ser: contribuintes das entidades sem fins lucrativos, proprietários ou acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, comunidade e governo.

O campo de aplicação da ciência contábil, de acordo com Basso, Brizolla e Filipin (2017) é o mais amplo possível: onde existir patrimônio definido e nitidamente delimitado, há a necessidade da aplicação da contabilidade para controlar, fazer jus às obrigações fiscais, e subsidiar as decisões gerenciais. Neste sentido, é utilizada em todas as organizações, com ou sem fins lucrativos.

2.2 Legislação aplicável à pequena empresa

Com relação à legislação aplicável a uma empresa de pequeno porte, há vasta legislação, sendo necessário abranger a legislação trabalhista, fiscal e contábil. Desta maneira, destaca-se de forma bem sucinta, as principais obrigações.

A Legislação trabalhista passou por um processo de mudanças, alguns aspectos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foram alterados a partir da lei 13.467/2017, os quais estão em vigor a partir de novembro de 2017. A jornada diária poderá ser de 12 horas com 36 horas de descanso, respeitando o limite de 44 horas semanais (ou 48 horas, com as horas extras) e 220 horas mensais.

Deve-se observar o período entre jornadas de trabalho, considerando que entre 2 (duas) jornadas de trabalho deve haver um intervalo mínimo de 11 (onze) horas consecutivas. Todo empregado tem direito a um repouso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, preferencialmente aos domingos.

Em todas as atividades, é obrigatório para o empregador o registro dos respectivos trabalhadores, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico (CLT, art. 41). De acordo com a legislação, são direitos do empregado: salário, horas extras, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, adicional noturno, salário família, diárias para viagem, ajuda de custo, adicional por tempo de serviço, férias, 1/13 salário, vale-transporte, repouso semanal remunerado, entre outras. Para os estabelecimentos com mais de 10 trabalhadores, é obrigatória a anotação da hora de entrada e saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico (CLT, art. 74).

A legislação contábil é regida pelo Conselho Federal de Contabilidade, por meio dos princípios e normas contábeis. A norma brasileira de contabilidade que dispõe sobre as normas de contabilidade aplicáveis às pequenas e médias empresas é a NBC TG

1000 (R1). Segundo ela, as demonstrações contábeis, possuem o objetivo de oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, servindo de subsídios para a tomada de decisão, para todos os seus usuários, (CFC, 2016).

De acordo com a NBC TG 1000 (R1) a entidade deve apresentar um conjunto completo de demonstrações contábeis pelo menos, anualmente, inclusive com informação comparativa. O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade deve incluir as seguintes demonstrações: balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício; demonstração do resultado abrangente; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração dos fluxos de caixa e notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias. As demonstrações contábeis, devem ser elaboradas usando o regime contábil de competência, exceto as informações do fluxo de caixa (CFC, 2016).

A ITG 1000 define como obrigatória a elaboração do Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. Apesar de não serem obrigatórias, para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é estimulada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2012).

Com relação à área fiscal, a empresa pode enquadrar-se no regime de tributação do Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real. Dependendo da atividade da empresa e das especificidades, é feita a opção para a modalidade que resultar em maior economia para a empresa, por meio da elisão fiscal. As microempresas e as empresas de pequeno porte, geralmente, são enquadradas no Simples Nacional, dado o regime menos oneroso para as empresas.

O Simples Nacional, por ser um Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, implica no recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação. Ele abrange os seguintes impostos e contribuições: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição para o PIS/PASEP; Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) para a Seguridade Social; Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

2.3 Contabilidade gerencial

A contabilidade gerencial é um ramo da contabilidade que tem o propósito de fornecer subsídios ao gestor, auxiliando em suas decisões gerenciais por meio de indicadores, buscando minimizar os riscos inerentes ao negócio e maximizar resultados.

A contabilidade gerencial é conceituada por Crepaldi (2012) como um ramo da contabilidade com o objetivo de fornecer instrumentos aos gestores da empresa que os subsidiem em suas funções gerenciais. Neste sentido, Padoveze (2011, p. 10), afirma que “a contabilidade gerencial está ligada à necessidade de informações para planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão”. Desta forma, é fundamental a elaboração de demonstrativos contábeis confiáveis e de qualidade, que atendem às necessidades de seus usuários (ZDANOWICZ, 2012). Nesta perspectiva, os demonstrativos contábeis obrigatórios fornecem informações tanto para os usuários internos, quanto para os externos. A partir destes demonstrativos, são apurados diversos indicadores que subsidiam a gestão. A figura 1 apresenta uma síntese dos indicadores elaborados a partir das publicações dos autores citados, com o propósito de utilizar como instrumento de análise do estudo aplicado.

Além dos indicadores baseados nas informações dos demonstrativos contábeis, gera-se indicadores gerenciais utilizados apenas pelos usuários internos, os quais instrumentalizam os gestores na tomada de decisão.

O capital de giro da empresa, valor financeiro que a empresa deve manter disponível para financiar seu ciclo operacional, é encontrado pela diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante. Sendo influenciado pelo volume de vendas, compras, prazo de estocagem e pagamento das compras. Como estes fatores variam bastante, ele precisa ser monitorado com frequência para não afetar e comprometer o fluxo de caixa da empresa (CREPALDI; CREPALDI, 2017).

Os indicadores de capacidade de pagamento evidenciam a condição da empresa em saldar suas dívidas e sua estrutura de endividamento. Estes indicadores são extraídos do balanço patrimonial, calculados por meio do índice de liquidez corrente, seca, imediata, geral e índice de endividamento. De acordo com Padoveze (2010), o índice da liquidez corrente é encontrado por meio da equação AC/PC , sendo que este indicador deve ser sempre superior a 1,00, sendo classificado como ótimo a partir de 1,50. A liquidez seca é obtida por meio do cálculo $(AC - estoques)/PC$. Subtrai-se os estoques, pois considera-se os ativos de maior liquidez, para avaliar a capacidade da empresa em honrar com os seus compromissos. O índice de liquidez imediata considera apenas os ativos financeiros efetivamente disponíveis (disponibilidades (caixa, aplicações financeiras) / PC), demonstrando efetivamente a capacidade de pagamento de curto prazo da empresa. Já o índice de liquidez geral $(AC + realizável a longo prazo / PC + exigível a longo prazo)$ objetiva verificar a capacidade de pagamento, considerando as condições totais tanto do ativo como do passivo. O índice de endividamento $(PC + exigível a longo prazo / PL)$ demonstra a estrutura de financiamento da empresa. O ideal é que este indicador seja inferior a 1,00. Esta relação entre o capital de terceiros e o capital próprio, demonstra quanto a empresa tomou de empréstimo para cada R\$ 1,00 de capital aplicado. Neste caso, quanto menor for o percentual, melhor a situação da empresa (PADOVEZE, 2010).

Os indicadores de atividade evidenciam a performance operacional da empresa, em seus principais aspectos, a partir das informações do balanço patrimonial e do demonstrativo do resultado do exercício. São calculados por meio do indicador de prazo médio de recebimento, prazo médio de pagamento, giro de estoques e giro do ativo total. O prazo médio de recebimento é encontrado por meio da equação (duplicatas a receber x 360 dias/ receita operacional bruta), demonstrando quanto tempo, em média, a empresa demora para receber suas vendas diárias. O prazo médio de pagamento (duplicatas a pagar x 360 dias/ compras brutas de materiais e serviços) tem objetivo de evidenciar o prazo médio que a empresa consegue para pagar seus fornecedores. O indicador de giro de estoques (CPV/ estoques totais) demonstra a velocidade com que o estoque se transforma em produção vendida. O índice encontrado irá demonstrar o número de vezes que o estoque gira no período analisado. Já o prazo médio de estocagem é encontrado por meio da equação (360 dias/ giro do estoque). Os estoques devem ser bem administrados pelo gestor, visto que representa uma aplicação de recursos e, se mal aplicado, pode comprometer a liquidez da empresa (PADOVEZE, 2010). Estes índices de atividade objetivam evidenciar o ciclo operacional da empresa que, de acordo com Crepaldi e Crepaldi (2017, p. 559), “compreende o tempo de estocagem, de industrialização (caso seja uma indústria) e o prazo de recebimento”. É encontrado por meio da soma do prazo médio de recebimento com o prazo médio de estocagem. Já o ciclo financeiro compreende o tempo entre pagar os fornecedores e receber dos clientes, também conhecido como ciclo de caixa. O cálculo é feito considerando o ciclo operacional subtraído pelo prazo médio de pagamento aos fornecedores (CREPALDI; CREPALDI, 2017). O indicador de giro do ativo (receita operacional líquida/ AT) evidencia a velocidade com que o investimento total se transforma em volume de vendas (PADOVEZE, 2010).

Os indicadores de rentabilidade podem ser calculados por meio dos indicadores: rentabilidade do ativo total (lucro líquido do exercício/ AT x 100) e a rentabilidade do patrimônio líquido (lucro líquido do exercício/ PL x 100). O primeiro evidencia quanto a organização remunerou os seus ativos, e o segundo, o seu capital próprio no período analisado (BASSO; ENDERLI; FILIPIN, 2015).

A escolha pelo método de custeio a utilizar estabelece como deve ser mensurado o custo dos produtos. Os métodos de custeio mais utilizados, são o custeio variável ou direto e o custeio por absorção. O primeiro, conforme Crepaldi (2012), considera como custo de produção do período apenas os custos variáveis incorridos. Os custos fixos, como incorrem mesmo que não haja produção, não são considerados como custos de produção. Eles são alocados às despesas do período, sendo abatidos diretamente do resultado do período. Já pelo custeio por absorção, consideram-se todos os gastos diretos e indiretos, fixos ou variáveis para obter o custo dos produtos (PADOVEZE, 2010). Nesta perspectiva, Zdanowicz (2012) complementa destacando que a limitação ao uso do método de custeio por absorção reside no fato de os custos fixos precisarem ser alocados

aos produtos por meio de critérios de distribuição ou rateio, podendo este, distorcer os resultados apurados por produto ou área.

Estabelecer qual a estratégia de precificação adotar é fundamental para a permanência no mercado. Segundo Padoveze (2011), há três modelos principais para a gestão do preço de venda: preço de venda orientado pela teoria econômica, orientado pelos custos e orientado pelo mercado. O primeiro estabelece que o preço de venda está dado pelo mercado, desta forma, a empresa precisa adequar-se a ele por meio do custo-meta. O segundo considera a formação do preço de venda a partir do preço de custo e o último considera o valor percebido pelo consumidor por meio da criação de valor do mercado do produto ou serviço.

Para a formação do preço de venda a partir do custo, utiliza-se o uso do *mark up* que, de acordo com Padoveze (2010), adiciona aos custos os demais elementos formadores do preço de venda, que seriam as despesas administrativas, comerciais, custo financeiro de produção e vendas, impostos incidentes sobre a venda e a margem de lucro desejada.

Neste sentido, por meio do *mark up*, o gestor consegue calcular o preço de venda orientativo ou cheio que, segundo Vieira e Linn (2010), considera todos os componentes de custo, despesas e lucro pretendido com a venda do produto. E o preço mínimo de venda que, de acordo com Vieira e Linn (2010, p. 28), seria “[...] o valor pelo qual acontece a comercialização dos produtos sem cobrir os custos fixos e sem a pretensão de lucro”.

A margem de contribuição, de acordo com Padoveze (2010), representa o lucro variável. É encontrada pela diferença entre o preço de venda unitário e os custos e despesas variáveis, multiplicando-se pelo total vendido, tem-se a margem de contribuição total.

A margem de contribuição é uma ferramenta que possibilita ao gestor tomar decisões confiáveis, orientando nas decisões de precificação, avaliando até que ponto é vantajoso para a empresa efetuar a venda, ou não, dadas as condições, e qual o volume de vendas é necessário alcançar para cobrir os custos incorridos.

O ponto de equilíbrio indica a quantidade mínima que a empresa pode operar sem ter lucro e nem prejuízo. Demonstra qual o volume que a empresa precisa produzir ou vender para pagar seus custos fixos e despesas variáveis. No ponto de equilíbrio, não há lucro nem prejuízo. O ponto de equilíbrio pode ser calculado em unidades (CFT/MCu) e em valor (CFT/MC%) (PADOVEZE, 2010). Nesta perspectiva, Vieira e Linn (2010) destacam que este demonstrativo pode auxiliar a gestão, demonstrando qual o volume de vendas que a empresa precisa operar para conseguir pagar todos os seus custos fixos, ou até que dia do mês é necessário vender, para só então pensar em obter lucros.

A margem de segurança consiste no volume de vendas que excedem as vendas no ponto de equilíbrio. Pode ser calculada em quantidade, em reais e em percentual. A primeira é encontrada pela subtração das vendas atuais com o volume de vendas no ponto de equilíbrio. A segunda calcula-se utilizando o resultado encontrado na margem

de segurança em quantidade multiplicada pelo preço de venda, e a última, margem de segurança em quantidade dividindo-se pelas vendas atuais (PADOVEZE, 2010). Nesta perspectiva, Crepaldi e Crepaldi (2017) complementam que, quanto maior for o volume de vendas acima do ponto de equilíbrio, maior será a margem de segurança, mais segura do risco operacional estará a empresa.

O demonstrativo do fluxo de caixa é um demonstrativo contábil, o qual evidencia ingressos e desembolsos de numerário no decorrer de determinado período. Seu objetivo consiste em fornecer informações ocorridas ou planejadas das entradas ou saídas de recursos financeiros da empresa, num determinado período. Neste sentido, possibilita à empresa visualizar a posição de caixa para o período projetado, administrando com antecedência os períodos que necessitam captar recursos ou aplicar excedentes de caixa (CREPALDI; CREPALDI, 2017). Neste cenário, Padoveze (2010) relata que o relatório de fluxo de caixa é segmentado em três áreas: atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Este demonstrativo pode ser elaborado pelo método direto ou pelo indireto, sendo fundamental para subsidiar a gestão em seus processos gerenciais.

O ambiente de negócios em que as empresas estão inseridas é amplamente competitivo. Desta forma, os gestores precisam administrar com competência, buscando maximizar os resultados e minimizar custos. Neste sentido, o uso da contabilidade gerencial é substancial para a gestão de todas as empresas, independentemente do seu porte. Neste contexto, a empresa precisa assegurar que as informações fornecidas são confiáveis e reflitam a real situação da organização. Surge aí a necessidade dos controles internos, que são políticas adotadas pela empresa com o objetivo de minimizar os riscos e melhorar os processos. Eles proporcionam: confiabilidade e rapidez nas informações, obediência às leis e aos regulamentos, eficácia e eficiência de operações (CREPALDI; CREPALDI, 2017). Desta forma, Crepaldi (2012) relata que a eficiência do sistema de controle interno permite detectar erros, irregularidades, possibilitando a identificação de fraudes. Zdanowicz (2012, p. 211) complementa relatando que o “[...] ambiente de controle é efetivo quando as pessoas envolvidas sabem quais são suas responsabilidades, seus limites de autoridade, e se têm a consciência, competência e o comprometimento de realizarem as atividades da forma correta”.

Por fim, o uso de um sistema de informações gerenciais, é de fundamental relevância para as empresas. A partir dele, são produzidas informações de cunho gerencial para o posicionamento da empresa no mercado. Um sistema de informações gerenciais “[...] pode ser entendido como um processo de transformação de dados em informações, integrando as principais atividades do dia a dia da empresa, para fornecer subsídios ao processo de gestão dos negócios” (HOJI; SILVA, 2010, p. 4).

3 | METODOLOGIA

A pesquisa apresenta o objetivo, a partir dos instrumentos contábeis gerenciais, aplicada a pequenos empreendimentos, propor indicadores contábeis gerenciais, de rentabilidade, atividade e de pagamento com vistas a subsidiar a tomada de decisão e a continuidade do negócio no desenvolvimento do país. Caracteriza-se, de acordo com Silva e Menezes (2005, p. 20), como aplicada por “gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos”. Quanto aos seus objetivos, caracteriza-se como descritiva no sentido de descrever características de determinada população, podendo ser elaboradas com o propósito de identificar possíveis relações entre variáveis (GIL, 2010).

Quanto à forma e abordagem do problema, a pesquisa pode ser qualitativa ou quantitativa. Segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 269), “o método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados”. Para Zamberlan et al. (2014, p. 94), a pesquisa quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” e a abordagem qualitativa, pois há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito (ZAMBERLAN et al., 2014). Nesta pesquisa, utilizou-se da abordagem qualitativa para analisar e descrever as informações obtidas nas farmácias em estudo, assim como quantitativa no momento de utilizar-se das planilhas de sistematização das demonstrações contábeis e apuração dos indicadores contábeis gerenciais.

A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa eletrônica, entrevista despadronizada e análise documental. A pesquisa bibliográfica e eletrônica foi utilizada para o embasamento teórico sobre o assunto, sendo baseada em pesquisa em livros, revistas, leis, artigos e sites da internet. Segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 166), “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc”. A entrevista despadronizada foi realizada com a finalidade de levantar as informações sobre estas empresas, coletar dados, conhecer como ocorre os processos internos dentro das organizações, o levantamento dos custos, precificação, a tomada de decisão, relacionando a percepção destas com a contabilidade gerencial. A análise documental, segundo Gil (2010, p. 29), “vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas”. Neste sentido, foram analisados os demonstrativos contábeis, relatórios, notas fiscais de compra, com o objetivo de fazer o levantamento dos dados para formação dos indicadores.

O estudo de multicasos de acordo com Gil (2010, p. 37) é “o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhamento conhecimento”. Neste estudo, foram utilizados 4 casos reais de farmácias comerciais,

situadas na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, numa faixa de faturamento médio mensal entre R\$ 79.000,00 a R\$ 200.000,00, enquadradas no regime de tributação do Simples Nacional.

Os dados foram coletados em quatro farmácias comerciais de pequeno porte, conforme acessibilidade para a pesquisa, sendo utilizados os 30 itens de medicamentos mais vendidos, conforme a curva ABC de vendas e os 20 itens de perfumaria. Desta forma, foi coletado os dados, sistematizado, e realizado todo o sistema de custos para quatro farmácias comerciais. Seguido da tabulação dos dados dos demonstrativos contábeis em planilhas do Excel, buscando organizar os dados, de forma que fossem transformados em informações e indicadores contábeis gerenciais, subsidiando os gestores na realização de uma análise confiável que instrumentalize o processo de tomada de decisão.

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nos dias atuais, gerir uma empresa não é uma tarefa fácil, dada as incertezas provocadas pela crise econômica e política do país. Desta forma, o gestor precisa estar munido de informações claras, objetivas, que lhe assegure previsibilidade em suas decisões. Neste sentido, a contabilidade gerencial tem o propósito de subsidiar o gestor com informações e indicadores que possam auxiliar a gerir sua empresa de forma a maximizar resultado e minimizar custos. Neste propósito, o estudo foi realizado em quatro empresas de pequeno porte, especificamente, em farmácias comerciais, com vistas a propor uma assessoria contábil gerencial para a instrumentalização dos gestores frente à tomada de decisão.

O estudo contou com a pesquisa nas farmácias comerciais, situadas na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, numa faixa de faturamento médio mensal de R\$ 79.000,00 a R\$ 200.000,00, enquadradas no regime de tributação do Simples Nacional. O estudo apresenta as planilhas de uma das empresas como base de informação (empresa A) e, das outras três, apenas os resultados finais, os indicadores de análise.

No comércio, o custo de aquisição do produto se encontra mediante a Nota Fiscal de compra de mercadorias. No caso das empresas em estudo, como são enquadradas no regime de tributação do Simples Nacional, considera-se o custo de compra unitário, somando a ele todos os impostos que não são recuperáveis fiscalmente (IPI) e também os recuperáveis (ICMS ST), em função de que, neste regime de tributação não há créditos pela compra, diferentemente da tributação pelo Lucro Presumido e Lucro Real. Adicionam-se ainda os custos com frete.

Despesas Mensais da Farmácia A		% Despesa
Salários e Encargos sociais	R\$ 3.378,96	27,10
Pró-Labore	R\$ 4.437,00	35,59
Software	R\$ 165,00	1,32
Energia Elétrica	R\$ 191,00	1,53
Telefone	R\$ 92,00	0,74
Material de Expediente	R\$ 25,00	0,20
Depreciações	R\$ 260,83	2,09
Escritório Contabilidade	R\$ 760,00	6,10
Água	R\$ 61,00	0,49
Embalagens	R\$ 125,00	1,00
Internet	R\$ 72,90	0,58
Aluguel	R\$ 1.000,00	8,02
Serviços terceirizados	R\$ 500,00	4,01
Propaganda	R\$ 560,00	4,49
Despesa com cartão de crédito (3%)	R\$ 749,97	6,02
Mensalidade Máq. Cartão	R\$ 89,00	0,71
Total	R\$ 12.467,66	100,00
Média de Faturamento	R\$ 91.000,00	
% de despesas sobre o faturamento	R\$ 13,70	

Quadro 1 - Despesas mensais da farmácia A

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

As despesas mensais da farmácia A totalizaram R\$ 12.467,66. Destas, a soma das mais representativas acumulou 82,83%, sendo representadas em 35,59% pelo pró-labore, 27,10% pela despesa de salários e encargos sociais, 8,02% de aluguel do prédio, 6,10% escritório de contabilidade e 6,02% com despesas com vendas em cartão de crédito. Considerando um faturamento médio mensal de R\$ 91.000,00, apurou-se um custo operacional de 13,70%. No quadro 2, consta o resumo da representatividade das despesas das outras três farmácias em estudo.

Farmácia B		Farmácia C		Farmácia D	
Salários e Enc. sociais	54,24%	Salários e Enc. sociais	40,43%	Salários e Enc. sociais	53,03%
Pró-labore	18,24%	Pró-Labore	13,63%	Pró-labore	27,50%
Software	6,42%	Aluguel e Taxas Cartões	31,33%	Aluguel	10,31%
Propaganda	5,47%				
TOTAL	84,37%	TOTAL	85,39%	TOTAL	90,84%
Total de despesas (R\$)	16.450,09		58.712,67		14.544,41
Média de faturamento	79.149,56		200.000,00		95.987,99
% desp. s/ faturamento	20,78%		29,36%		15,15%

Quadro 2 - Despesas mensais das farmácias B, C e D

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

Observa-se que, nas quatro farmácias em estudo, de todas as despesas elencadas, as mais representativas correspondem às contas de salários e encargos sociais, pró-labore, aluguel, propaganda e taxas, as quais variaram entre 82,83% a 90,84%. Isso se confirma, quando comparados com estudos do SEBRAE (2014), ao referir-se que nas empresas comerciais, especialmente as de pequeno porte, é muito significativa a participação das despesas com salários, pró-labore e aluguéis no montante das empresas totais. Destaca, ainda, que em alguns empreendimentos que necessitam de câmeras frias, ou iluminação direta, a energia elétrica também tem uma participação relevante.

Ao comparar o montante das despesas de cada farmácia como o respectivo faturamento médio mensal, verificou-se que os índices de despesas variam entre 13,70% a 29,36%. A farmácia A foi a que apresentou menor despesa operacional, seguida da farmácia D, B e C. Verificou-se que este resultado pode ser entendido devido ao fato da empresa A possuir somente 2 funcionários, a D 3, a B 5 e a C 10 funcionários. Mesmo a farmácia C, tendo um faturamento médio mensal mais representativo que as demais, sua despesa total é bem expressiva, logo, sua despesa operacional ficou mais elevada que as demais.

Constatou-se, nas entrevistas com os gestores, que as farmácias não fazem um controle rigoroso quanto às suas despesas mensais. Logo, não têm acompanhamento sobre quanto cada despesa representa sobre seu faturamento, tampouco, seu custo operacional. Das quatro farmácias da pesquisa, nenhuma tinha a informação do quanto cada despesa representava do seu faturamento médio mensal, o que surpreendeu os gestores ao confirmar os valores e os resultados apresentados.

Esta constatação pode ser confirmada também nos estudos de Campos e Gáudio (2014), quando demonstraram em sua pesquisa que 65% das empresas entrevistadas não fazem a gestão das despesas como aluguel, pró-labore, energia elétrica, telefone e internet e 95% das PME's da pesquisa não fazem gestão de despesas com depreciação das instalações, evidenciando a pouca preocupação com a gestão mais apurada dos custos fixos e os ativos imobilizados.

No quadro 3, apresenta-se os resultados dos produtos mais vendidos em cada farmácia, considerando os 30 itens de medicamentos e os 20 da perfumaria, conforme a curva ABC de vendas de cada uma.

Empresa	Farmácia A	Farmácia B	Farmácia C	Farmácia D
Total das vendas no mês dos prod. em estudo	11.805,19	2.400,82	22.797,20	13.630,29
Faturamento médio mensal da farmácia	91.000,00	79.149,56	200.000,00	95.987,99
% Dos produtos em estudo s/ o faturamento mês	12,97	3,03	11,40	14,20
Despesas totais mensais da farmácia	12.467,66	16.450,09	58.712,67	14.544,41
Despesas mensais ref. aos produtos em estudo	1.617,40	498,98	6.692,42	2.065,31

Quadro 3 - Faturamento médio dos produtos em estudo

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

Observou-se que a farmácia C foi a que apresentou o maior volume em faturamento dos seus 30 itens de medicamentos e 20 de perfumaria mais vendidos, seguida da farmácia D, A e B. Considerando o faturamento médio mensal de cada farmácia em estudo, obteve-se a informação de quanto estes 50 itens representam sobre o faturamento médio mensal de cada empresa. Neste sentido, a farmácia D foi a que teve a maior representatividade, em seu volume de vendas, dos produtos em estudo, seguida da A, C e B. Considerando as despesas totais mensais de cada empresa, apurou-se a informação de quanto cada farmácia possui de despesa mensal, levando-se em consideração somente estes 50 itens. Nesta perspectiva, a farmácia C, foi a que teve maior representatividade, seguida da empresa D, A e B.

Farmácia	Simplex Nacional (%)	Despesas Mensais (%)	Descontos / comissões	Margem de Lucro (%)	Soma (%)	Mark up Divisor	Mark up Multiplicador
A	8,36	13,70	10	2 a 48	34,06 a 80,06	0,659 a 0,199	1,517 a 5,015
B	8,45	20,78	0	5	65,77	0,658	1,521
C	11,61	29,36	0	5	54,034	0,540	1,851
D	8,28	15,15	0,5	25	48,932	0,511	1,958

Quadro 4 - Informações do *mark up* das empresas em estudo

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

A partir do quadro 4, observa-se as informações do *mark up* para a formação do preço de venda dos produtos em estudo. Salienta-se que os medicamentos possuem preço de venda tabelado pelo governo, mediante aplicação de uma tabela de preços, os quais não permite liberdade na precificação dos mesmos. Os medicamentos genéricos e similares são os que acabam contribuindo de forma mais efetiva para a formação do resultado, havendo mais margem de negociação nesta linha de medicamentos.

Para a formação do *mark up*, considerou-se a alíquota do Simplex Nacional, que varia conforme a faixa de faturamento de cada empresa, as despesas mensais de cada farmácia, os descontos, comissões e a margem de lucro desejada. A farmácia A chegou a um *mark up* divisor variável de 0,659 a 0,199, devido à variação em sua margem de lucro de 2 a 48% em relação aos produtos em estudo. Esta variação de margem é explicada pelo fato de o gestor precificar os seus produtos aplicando um percentual sobre o preço de custo de suas mercadorias, sem considerar as variáveis envolvidas no processo de compra e venda dos produtos. Dessa forma, a margem de lucro real, por produto, teve uma variação bem significativa. A farmácia B apurou um *mark up* divisor de 0,658, considerando uma margem de lucro de 5%, despesas mensais de 20,78% e 8,45% de Simplex Nacional. Já a farmácia C apurou um *mark up* divisor de 0,540, considerando suas despesas mensais de

29,36%, Simples Nacional 11,61% e margem de 5%. A farmácia D, chegou a um *mark up* divisor de 0,511, a partir de uma margem de lucro de 25%, despesas mensais de 15,15%, Simples Nacional 8,28 e comissões de 0,50%.

Por meio do estudo realizado, constata-se que os gestores das farmácias precificam seus produtos aplicando um percentual desejado, intitulado erroneamente de lucro, pois desconhecem os elementos que são formadores do preço de venda, ou melhor, que a partir do preço de venda calculado, este, deve cobrir os impostos, as despesas variáveis, os descontos, comissões e sobrar o lucro desejado.

Nesta perspectiva, Domingues et al. (2017), em seus estudos, apresentam que, as micro e pequenas empresas, adotam como precificação de seus produtos, mercadorias e serviços, o critério de calcular os custos apenas de compras, acrescentando uma margem que, no caso das micro e pequenas empresas de seu estudo, variam de 20% a 50%. Somente 33,33% destas empresas alegaram que possuem o hábito de fazer pesquisa de mercado e somente 22,22% afirmaram incluir no cálculo do preço de venda, além dos custos de compra, as despesas fixas, os impostos e fretes.

Esta constatação pode ser confirmada também nos estudos de Amorim e Silva (2012), no tocante à precificação dos produtos, onde aproximadamente 76,6% dos gestores afirmaram não utilizar como base de precificação de seus produtos e/ou serviços fatores como: custos e despesas, elasticidade da demanda, crescimento da economia, preços dos concorrentes etc.

O quadro 5 apresenta a análise custo, volume e resultado dos 50 itens mais vendidos na farmácia A.

Produtos	Preço de Venda Praticado	Margem Contribuição Unitária	Volume de vendas	Margem Contribuição Total
Sal Fruta Eno Env 5 g	R\$ 1,46	R\$ 0,01	42	R\$ 0,41
Lixa de Unha Rosa 1un	R\$ 0,50	R\$ 0,13	21	R\$ 2,81
Doralgina 4 cpr	R\$ 2,46	R\$ 0,38	14	R\$ 5,30
Compressa Melhormed 13fio 10un	R\$ 2,50	R\$ 0,27	24	R\$ 6,50
Curat Band-aid Transp c/10	R\$ 4,41	R\$ 0,66	10	R\$ 6,60
Manteiga de Cacau Ricosti 1un	R\$ 3,38	R\$ 0,87	9	R\$ 7,82
Abs S Livre Adapt Espe s/abas	R\$ 5,50	R\$ 1,07	9	R\$ 9,63
Abs Mili Abs Suave lv16 pg14	R\$ 8,00	R\$ 1,29	8	R\$ 10,33
Buscopan Cpto cpr Revestidos	R\$ 13,52	R\$ 0,68	17	R\$ 11,52
Microvlar 21cp Bayer Schering	R\$ 7,51	R\$ 0,53	26	R\$ 13,81
Calmador 4 cpr	R\$ 2,71	R\$ 0,47	33	R\$ 15,47
Esmalte The Fusion 6,5ml	R\$ 4,50	R\$ 1,68	10	R\$ 16,84
Touca Descartável Santa Clara	R\$ 0,45	R\$ 0,17	105	R\$ 17,82
Compressa de Gaze Cremer 7,5x1	R\$ 2,69	R\$ 0,42	43	R\$ 18,08
Aas Infantil Dormec 100mg 10cp	R\$ 0,96	R\$ 0,43	52	R\$ 22,50

Abs SI Adapt Especial c/16un	R\$ 9,33	R\$ 2,38	10	R\$ 23,77
Neosaldor cpr	R\$ 2,46	R\$ 0,85	29	R\$ 24,60
Abs Bigmax Super Pós Parto 20u	R\$ 18,73	R\$ 2,32	11	R\$ 25,53
Repelente Spray Xo Inseto 200m	R\$ 22,89	R\$ 1,72	19	R\$ 32,63
Acetona Farmax 100 ml	R\$ 4,45	R\$ 1,44	23	R\$ 33,19
Resodic 50mg 20cpr Vitamed	R\$ 3,92	R\$ 1,68	20	R\$ 33,61
Soro Fisiológico 0,9% 100ml	R\$ 4,87	R\$ 2,16	16	R\$ 34,49
Dipirona Sod 50 mg10 cp Pratdo	R\$ 3,47	R\$ 1,47	25	R\$ 36,82
Paracetamol gts 15ml un Quimic	R\$ 5,86	R\$ 2,95	13	R\$ 38,32
Dorfebril Dipirona Sódica 20ml	R\$ 5,77	R\$ 2,65	15	R\$ 39,76
Biovicerin Flac. c/5 ml	R\$ 3,66	R\$ 0,46	94	R\$ 43,28
Dorflex Cartela Envelope 10cp	R\$ 6,27	R\$ 1,54	32	R\$ 49,25
Roupa Íntima Plenitud Plus 16u	R\$ 49,95	R\$ 6,68	8	R\$ 53,43
Esmalte Beauty Color 8 ml	R\$ 5,45	R\$ 1,80	30	R\$ 53,98
Ferisept Sol Spray 45 ml União	R\$ 15,30	R\$ 7,32	8	R\$ 58,57
Natucler Dose Única 10ml	R\$ 2,47	R\$ 1,53	39	R\$ 59,80
Flexalgin 10cp Envelope Geolab	R\$ 6,87	R\$ 3,80	16	R\$ 60,78
Sorinan Ad 30ml	R\$ 7,21	R\$ 3,72	18	R\$ 66,89
Onetest Teste de Gravidez 1un	R\$ 12,50	R\$ 7,56	9	R\$ 68,00
Selene Cartela c/ 21 cp	R\$ 15,92	R\$ 1,52	47	R\$ 71,30
Ceftriaxona Sod 1g Im Eurof	R\$ 24,84	R\$ 5,22	16	R\$ 83,51
Novoprazol 20mg 28cp Globo	R\$ 12,33	R\$ 5,65	15	R\$ 84,79
Fralda Pampers Supersec G 26un	R\$ 33,00	R\$ 9,94	9	R\$ 89,47
Meloxicam 15mg 10cp Gen Legran	R\$ 16,88	R\$ 6,63	14	R\$ 92,83
Paracetamol 750 mg Zydus	R\$ 3,37	R\$ 1,97	54	R\$ 106,45
Batom Líquido Pro Dailus Matte	R\$ 31,98	R\$ 5,11	25	R\$ 127,71
Ibuprofeno Gts 100 mg 20 ml Ge	R\$ 15,09	R\$ 9,15	15	R\$ 137,28
Esmalte Dailus 8ml	R\$ 7,32	R\$ 1,23	117	R\$ 143,45
Alprazolam 1mg 30cp Gen Germed	R\$ 22,60	R\$ 12,22	13	R\$ 158,87
Ibupril 600mg 20cp Ibuprofeno	R\$ 16,07	R\$ 7,36	23	R\$ 169,35
Citalopram Gen Euro 20 mg 28 c	R\$ 52,71	R\$ 15,23	15	R\$ 228,49
Alprazolam 2mg 30cp Germed	R\$ 35,94	R\$ 17,80	14	R\$ 249,16
Cimegripe c/20 Cápsulas	R\$ 11,58	R\$ 6,75	37	R\$ 249,89
Pantoprazol 40 mg 28 cp Gen Ph	R\$ 47,00	R\$ 23,40	15	R\$ 351,01
Cimelide c/12 cpr	R\$ 13,90	R\$ 8,50	48	R\$ 407,90
Total				R\$ 3.753,63

Quadro 5 - Análise custo, volume e resultado dos medicamentos e perfumaria Farmácia A

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

Observa-se que, ao analisar os 50 produtos mais vendidos na farmácia A, considerando o seu volume de vendas no mês, estes produtos deixaram uma margem de contribuição total de R\$ 3.753,63, o que representa 31,80% do faturamento total desses produtos. Destaca-se que nenhum dos produtos estudados deixa margem de contribuição

negativa, mesmo que, em alguns deles apresentam uma margem unitária mínima, mas em função do volume de vendas, acabam contribuindo na margem de contribuição total.

O quadro 6 apresenta a margem de contribuição total das farmácias B, C e D, em reais e em faturamento, considerando os 50 itens em estudo.

Farmácia	MCT em R\$	MCT sobre o Faturamento dos 50 itens
B	R\$ 887,50	36,97%
C	R\$ 7.006,71	30,73%
D	R\$ 2.513,68	18,44%

Quadro 6 - Margem de contribuição total das farmácias B, C e D

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

Percebe-se que a margem de contribuição total em reais das farmácias em estudo variou entre R\$ 7.006,71 a 887,50. A farmácia C foi a que apresentou a melhor margem de contribuição total, chegando a R\$ 7.006,71, o que representa 30,73% do faturamento dos produtos analisados, seguida da farmácia A, com R\$ 3.753,63, representando 31,79%; farmácia D R\$ 2.513,68, representando 18,44% e farmácia B, R\$ 887,50 e 36,97%, respectivamente.

A margem de contribuição é um indicador fundamental para o gestor. Ao analisar a margem unitária e total de cada produto, é possível tomar decisões de cunho gerencial. Como por exemplo, permanecer ou não com a comercialização de tal produto, buscar alternativas com outros fornecedores (produtos similares), aceitar ou não, proposta de venda com preço mais baixo que o oferecido no balcão, entre outros.

Farmácia	PE u	PE R\$	MSO u	MSO %
A	575	5.086,72	760	56,91
B	281	1.665,87	118	29,72
C	2.586	25.262,27	121	4,49
D	427	9.439,70	93	17,84

Quadro 7 - Ponto de equilíbrio contábil e margem de segurança operacional das farmácias em estudo

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

O ponto de equilíbrio contábil em unidades demonstra o volume em vendas que a empresa precisa operar para não ter lucro nem prejuízo. Considerando o percentual dos produtos em estudo sobre o faturamento/mês das farmácias A, B, C, D, respectivamente: 12,97%, 3,03%, 11,40% e 14,20%, demonstrado no quadro 3, apura-se um ponto de equilíbrio em unidades de 575 para a farmácia A, 281 unidades para B, 2.586 unidades para a C e 427 para a D. Esta variação entre a farmácia A e C, onde ambas, possuem

um percentual de 12,97% e 11,40% sobre o faturamento mês dos 50 itens em estudo, respectivamente, pode ser entendida pelo fato de a farmácia C operar com uma margem de lucro de 5%, e a A, com margem média de 17,25%, oscilando de 2% a 48%. Já a farmácia B apresentou o menor volume em vendas para atingir seu ponto de equilíbrio, comparando com as demais farmácias, ou seja, 281 unidades. Isto pode ser explicado pelo fato de apenas 3,03% dos produtos em estudo representar sobre o faturamento médio mensal da empresa.

Já o ponto de equilíbrio em faturamento demonstra o volume em reais que a empresa precisa faturar para atingir o seu equilíbrio. Neste sentido, a farmácia C foi a que apresentou maior volume em reais para atingir o seu ponto de equilíbrio em faturamento, seguida das empresas D, A e B. Percebe-se que no ponto de equilíbrio em reais, a empresa D fica em segundo lugar, na escala de comparação com as demais, e a A, em terceiro, diferentemente, do ponto de equilíbrio em unidades. Isto pode ser entendido, pelo fato de a empresa D usar como referência a margem de lucro de 25% e a A, uma margem média de 17,25%.

Constatou-se que os gestores das empresas em estudo desconheciam esta ferramenta gerencial, que lhes fornece subsídios de quanto seu empreendimento precisa faturar no mês para conseguir honrar com seus compromissos, não obtendo lucro nem prejuízo. Esta informação permite ao gestor saber até que dia do mês a empresa (com base em seu faturamento combinado com a margem de contribuição total) precisa vender para atingir seu ponto de equilíbrio, possibilitando ao gestor, tomar decisões de cunho estratégico, como lançamento de promoções etc.

Nesta perspectiva, Miranda et al. (2016) constataram que apenas 30% das empresas comerciais se preocupam e utilizam algum tipo de indicador financeiro para norteá-los no momento das decisões. O restante (70%) ainda não faz uso dos mesmos, alegando que os controles ficam todos com o contador.

O indicador de margem de segurança operacional demonstra o número de unidades vendidas que superam a quantidade necessária para a empresa atingir o seu ponto de equilíbrio. Desta forma, observa-se que as quantidades vendidas pela empresa D e B ficaram muito próximas das quantidades do ponto de equilíbrio, o que evidencia que as farmácias ficaram muito perto de atingir o nível de lucro e prejuízo zero com esta amostra de produtos, superando em 93 e 118 unidades, respectivamente, a quantidade vendida com a quantidade no ponto de equilíbrio.

Quanto ao uso da ferramenta gerencial do fluxo de caixa, verificou-se que em nenhuma das empresas analisadas há um controle eficiente do seu financeiro, das entradas e saídas diárias de caixa. Logo, seu controle se dá de forma mais superficial, não contemplando as projeções de valores a pagar e a receber.

Domingues et al. (2017) revelaram que apesar do pouco conhecimento sobre o gerenciamento do giro dos negócios, a grande maioria dos gestores procura manter reservas

monetárias para eventuais emergências, visando a suprir esta falta de informações, que lhes possibilitaria um planejamento estratégico do seu negócio.

A partir dos demonstrativos contábeis obrigatórios, especificamente o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, os quais geram informações para seus usuários internos e externos, é possível obter informações gerenciais quanto aos seus indicadores de pagamento, de atividade e de rentabilidade, possibilitando averiguar a saúde econômica e financeira da empresa. Estes demonstrativos precisam retratar a realidade da empresa para que suas informações sejam fidedignas e possíveis de subsidiar a gestão.

Desta forma, de posse dos demonstrativos contábeis das empresas analisadas, verificou-se, que algumas informações estavam incompletas, como, por exemplo, as despesas mensais. Isso pode ser entendido pela falta de comunicação (assessoria) entre os escritórios de contabilidade e as empresas. Desta forma, de posse destas informações, foram reestruturados os demonstrativos, para que pudessem retratar a realidade da empresa.

O quadro 8 apresenta os indicadores de pagamento das empresas em estudo.

Farmácias	A	B	C	D
Índice de Liquidez	14,17	3,79	5,39	4,71
Liquidez Seca	8,95	2,96	2,73	3,25
Liquidez Imediata	6,34	1	0,67	1,52
Liquidez Geral	14,17	2,19	5,87	5,46
Índice de Endividamento	0,087	0,66	0,21	0,22

Quadro 8 - Indicadores de pagamento das empresas em estudo

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

O índice de liquidez considerado ótimo, conforme Padoveze (2010), deve estar acima de 1,50. Desta forma, percebe-se que todas as empresas estão com índices acima deste parâmetro, o que significa dizer que possuem capacidade ótima de honrar com seus compromissos a curto prazo. No indicador de liquidez seca subtrai-se os estoques, pois considera os ativos de maior liquidez, para avaliar a capacidade de honrar com seus compromissos. Todas as empresas analisadas, ficaram com indicadores satisfatórios, com destaque da empresa A que atingiu um índice de 8,95%. Para o indicador da liquidez imediata, igualmente a empresa A, superou as demais, evidenciando efetivamente sua capacidade de pagamento de curto prazo. Igualmente, para o indicador de liquidez geral, que considera as condições totais tanto do ativo como do passivo, a empresa A foi a que apresentou melhor resultado. O indicador de endividamento, o qual evidencia a estrutura de financiamento da empresa demonstrou o melhor índice para a empresa A, seguida da C, D, e B. Cabe salientar que cada empresa possui suas especificidades, desta forma,

somente com os dados analisados, não seria possível fazer comparações entre as empresas em estudo.

A partir dos indicadores elaborados e apresentados aos gestores, infelizmente, constatou-se que as empresas em estudo não utilizam os mesmos como subsídio para a sua gestão, e tampouco conheciam os demonstrativos contábeis. Questionadas sobre o suporte contábil gerencial de seus contadores, todos utilizam dos serviços terceirizados, via escritório de contabilidade. Por unanimidade, afirmaram que seu contato com o contador é para receber as guias de pagamento de impostos e outros documentos pertinentes ao serviço contratado.

Neste sentido, compara-se com o estudo de Moreira et al. (2013), o qual revela que 49,20% dos gestores apontaram o administrador como o profissional mais indicado para realizar o controle e a avaliação da empresa. Somente 29,2% reconheceram a importância do contador para a avaliação do desempenho de suas empresas.

O quadro 9 demonstra os indicadores de atividade e rentabilidade das farmácias A, B, C e D.

Indicadores	A	B	C	D
Prazo Médio de Recebimento	43,04	19,5	21,30	32,1
Prazo Médio de Pagamento	23,29	21,2	20,2	25,2
Giro do Estoque	2,62	1,19	5,22	0,92
Rentabilidade do Ativo	37,26	66,14	49,31	32,12
Rentabilidade do PL	47,44	109,59	59,44	33,42
Lucratividade	26,06	60,15	34,82	12,72

Quadro 9 - Indicadores de atividade e rentabilidade das empresas em estudo

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

Os indicadores de atividade e rentabilidade das empresas em estudo evidenciaram um prazo médio de recebimento entre 19 e 43 dias e pagamento entre 20 a 25 dias, o que significa dizer que a empresa precisa ter um fluxo de caixa eficiente para conseguir honrar com seus compromissos. O indicador do giro do estoque demonstrou que o estoque girou entre 5,22 a 0,92 vezes no mês analisado, demonstrando que as empresas, em média, não possuem produtos em estoque com pouco giro. A rentabilidade do ativo variou de 32,12 a 66,14%, e do patrimônio líquido entre 33,42 a 109,59%, o que evidencia ótimo indicador de rentabilidade para as empresas. Da mesma forma, a lucratividade ficou entre 12,72% a 60,15%, demonstrando ótimos indicadores de lucratividade no ano de 2016.

5 | CONCLUSÃO

Diante da vulnerabilidade no âmbito dos negócios, provocada pela oscilação da economia e a acirrada competitividade entre empresas, o uso de informações contábeis gerenciais faz-se fundamental para a permanência no mercado. Neste panorama, de acordo com dados do SEBRAE (2014), 99% das empresas são micro e empresas de pequeno porte, evidenciando a vital importância destas empresas no desenvolvimento do país.

Neste sentido, os gestores destas empresas precisam estar munidos de informações contábeis gerenciais, que lhes subsidiem em seu dia a dia e, conseqüentemente, em suas decisões de cunho gerencial, por conseguinte, maximizando seus lucros e minimizando custos.

Tomando como base o objetivo do estudo que consiste em, a partir dos instrumentos contábeis gerenciais, identificar quais são os indicadores substanciais para o gerenciamento de pequenas empresas com vistas a subsidiar a tomada de decisão e a continuidade do negócio, foi plenamente contemplado durante a realização do estudo. Englobando os indicadores propostos na figura 1 do referencial teórico, o gestor é instrumentalizado por meio das informações contábeis gerenciais, com vistas a tomar decisões confiáveis.

A partir da realização do estudo, verificou-se que as empresas praticamente não fazem uso de indicadores contábeis gerenciais, tampouco são orientadas quanto ao seu uso pelo profissional da contabilidade, havendo, neste caso, mercado propenso para a área de assessoria contábil gerencial.

Observou-se que essas empresas necessitariam gerir os seus negócios com base em indicadores reais. Apesar de seus indicadores de pagamento, de atividade e de rentabilidade estarem aceitavelmente bons, o mercado pode oscilar, imprevistos podem ocorrer, e decisões tomadas, sem respaldo de informações confiáveis, podem acarretar em futuros incertos, até mesmo na falência destas empresas.

Nesta perspectiva, orientou-se os gestores das empresas em estudo, a munirem seus sistemas com todas as informações pertencentes à empresa, a fim de que possam utilizar seus sistemas como apoio para alimentar os relatórios contábeis gerenciais. Percebeu-se que muitas informações e controles particulares em apontamentos em papéis pelos gestores apresentam divergências com as informações no sistema. Foram apresentadas as planilhas com os resultados dos dados coletados, proporcionando um *feedback* instrutivo aos gestores, no sentido de alertá-los quanto a alguns procedimentos adotados pela empresa. Apresentou-se o índice de despesas operacionais, assim como saber compreender, interpretar e exigir a disponibilização dos mesmos pelos escritórios que fazem sua contabilidade. Foram mostrados os elementos constitutivos para a formação do *mark up*, instruindo-os a respeito das variáveis que incidem sobre o preço de venda dos produtos, os indicadores de margem de contribuição, ponto de equilíbrio, margem

de segurança operacional e os indicadores extraídos dos demonstrativos contábeis. O retorno dos empresários foi muito positivo, enaltecendo a importância dos profissionais da área da contabilidade.

Desta forma, conclui-se que há, sim, gestores preocupados na gestão de seus negócios, e com interesse visível em um assessoramento contábil gerencial, o que possibilita a abertura de novos caminhos a este profissional tão fundamental no desenvolvimento das empresas e da nação.

REFERÊNCIAS

AMORIM, D. S.; SILVA, A. C. R.. Gestão estratégica da informação contábil: um enfoque no gerenciamento de micro e pequenas empresas. **Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 6, n 1, p. 39-65, jan./mar. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/7947/8024>> Acesso em: 20 dez. 2017.

BASSO, I. P.; BRIZOLLA, M. M.; FILIPIN, R. **Contabilidade geral básica**. 5. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2017. 480 p.

BASSO, I. P.; FILIPIN, R.; ENDERLI, S. M. **Estrutura, análise e interpretação de demonstrações contábeis**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. 240 p.

BRASIL. **CLT – Consolidação das leis do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Lei 13.467/2017 de 13/07/2017**. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=17728053>> Acesso em 03 dez. 2017.

_____. **Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Disponível em https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/legislacao/LC_123_2006_CONSOLIDADA_CGSN_04.2016.doc Acesso em: 12 abr. 2017.

CAMPOS, B. R.; GÁUDIO, A. E. G. M. A utilização de ferramentas de controle gerencial em micro e pequenas empresa da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 8, n. 3, p. 66 - 78, 2014. Disponível em: < <http://faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/692/pdf>> Acesso em: 03 dez. 2017.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Normas brasileiras de contabilidade: NBC TG 1000 (R1) Contabilidade para pequenas e médias empresas de 01/11/2016**. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000(R1).pdf)>. Acesso em 01 jul. 2017.

_____. **Normas brasileiras de contabilidade: ITG 1000 Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte de 21/12/2012**. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1418.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2012. 426 p.

_____. CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 618 p.

DOMINGUES, O. G. D. et al. Gestão de capital de giro e formação do preço de venda praticado pelas micro e pequenas empresas. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 9, n. 1, p. 77-96, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-6/index.php/Ambiente/article/view/2894/2353>> Acesso em: 03 dez. 2017.

FARIA, J. A.; AZEVEDO, T. C.; OLIVEIRA, M. S. A utilização da contabilidade como ferramenta de apoio à gestão nas micro e pequenas empresas do ramo de comércio de material de construção de Feira de Santana/BA. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 6, n. 2, p. 89-106, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.faccamp.br/ojs/index.php/RMPE/article/view/404>> Acesso em: 23 mar. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Ed. Atlas S. A., 2010. 184 p.

HOJI, M.; SILVA, H. A. **Planejamento e controle financeiro: fundamentos e casos práticos de orçamento empresarial**. São Paulo: Atlas, 2010. 148 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011, 312 p.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2010. 297 p.

MIRANDA, L. B. S. et al. Ferramentas administrativas utilizadas nas micro e pequenas empresas: uma análise realizada no centro comercial da cidade de Viçosa – MG. **Revista Conbrad**, Maringá, v. 1, n. 2, p. 39-52, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaconbrad.com.br/editorial/index.php/conbrad/article/view/126>> Acesso em: 07 abr. 2017.

MONTEIRO, J. M.; BARBOSA, J. D. Controladoria empresarial: gestão econômica para as micro e pequenas empresas. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 5, n. 2, p. 38-59, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.faccamp.br/ojs/index.php/RMPE/article/view/194>> Acesso em: 23 mar. 2017.

MOREIRA, R. L. et al. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 119-140, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/19162>> Acesso em: 23 mar. 2017.

PADOVEZE, Clovis Luís. **Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 493 p.

_____. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 641 p.

PARISI, C.; MEGLIORINI, E. (Orgs.). **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2011. 353 p.

SEBRAE. **A evolução das microempresas e empresas de pequeno porte 2009 a 2012**. 2014, 64p. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/800d694ed9159de5501bef0f61131ad4/\\$File/5175.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/800d694ed9159de5501bef0f61131ad4/$File/5175.pdf)>. Acesso em 27 fev. 2017.

_____. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira**. 2014, 108p. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

_____. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. 2013, 72p. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia_das_empresas_no_Brasil=2013.pdf> Acesso em: 27 fev. 2017.

SILVA, L. E.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. 4. ed. rev. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 139 p. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf> Acesso em: 27 fev. 2017.

VIEIRA, E. P.; LINN, U. C. Sistema gerencial de custos aplicado em frigorífico. **Revista Contabilidade e Informação**: conhecimento e aprendizagem, Ijuí, v. 13, n. 33, jul./dez. 2010.

ZAMBERLAN, L. et al. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2014. 208 p.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Finanças aplicadas para empresas de sucesso**. São Paulo: Atlas, 2012. 288 p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acadêmico 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10, 12, 13, 37

Assessoria Contábil 38, 39, 40, 49, 59

Autorregulação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

C

Código de Ética 16

Coleta 5, 14, 17, 21, 22, 38, 48, 64, 91

Controles 38, 39, 40, 47, 56, 59, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Controles Gerenciais 80, 81, 82, 83, 84, 85, 90, 100, 101, 102, 103

Currículo 17

D

Desempenho 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10, 12, 13, 18, 43, 44, 58, 64, 103, 104

E

Educação Continuada 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 28, 30, 31, 33, 34, 36

Estudantes 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

F

Formação 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 34, 35, 46, 48, 52, 59, 61

Franquia 81, 82

G

Gerencial 18, 19, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 48, 49, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 91, 94, 97, 100, 103, 104

Gestão 1, 2, 3, 12, 24, 25, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 51, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 73, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 94, 102, 103, 104, 105, 106

I

Independente 16, 18, 20, 29, 30, 35, 80, 81, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102

Indicadores 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 49, 57, 58, 59, 60

Instituição 1, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12

N

Negócio 38, 40, 41, 43, 48, 57, 59, 64, 81, 82, 84, 86, 87, 88, 91, 92, 94, 95, 97, 98, 100, 101, 102

O

Objetivos 2, 4, 5, 17, 22, 42, 48, 72, 82, 83, 84, 86, 89

P

Pequenas Empresas 39, 40, 41, 53, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 71, 73, 79, 82, 83, 84, 85, 103, 104

Pesquisa 1, 2, 5, 6, 7, 14, 17, 21, 22, 23, 25, 28, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 61, 62, 64, 67, 72, 73, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Planilha 5

Procrastinação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Profissão 17, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 28, 29, 34, 35, 36, 37

Profissional de Contabilidade 16

Q

Qualificação Profissional 14, 16, 19, 28, 35

Questionário 5, 7, 8, 9, 14, 22, 80, 90

R

Resultado 2, 10, 11, 12, 27, 28, 29, 43, 45, 46, 49, 51, 52, 53, 54, 57, 67, 72, 73, 75, 77, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101

S

Sistema Tributário Nacional 63

T

Tributária 24, 63, 64, 65, 66, 70, 72, 73, 77, 78, 79

Ensino, Pesquisa e Inovação em Contabilidade 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora

Ano 2020

Ensino, Pesquisa e Inovação em Contabilidade 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020